

O debate sobre o trabalho concreto e o trabalho abstrato na produção teórica do serviço social

Eduardo Lazarino de Castro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
eduardolazarinodecastro@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como fio condutor a partir do diálogo do Serviço Social com Marx e Rubin, analisar como é que a temática do trabalho abstrato e do trabalho concreto tem sido tratado na literatura profissional e nesse prisma pensar como que a lógica do trabalho abstrato adentra outras esferas além da esfera produtiva. Para tanto o estudo abordará algumas categorias centrais em Marx, por exemplo: o trabalho como categoria ontológica central, o trabalho e sua dimensão social trabalho produtivo e improdutivo e valor de uso e valor de troca. Busca-se apresentar outra mediação importante para a compreensão do significado social da profissão na sociedade capitalista contemporânea, que é sua característica de serviço bem como o debate que perpassa o interior da categoria profissional dos assistentes sociais, onde alguns autores consideram o Serviço Social como trabalho sendo sua principal interlocutora a professora Marilda Vilela lamamoto, por outro lado alguns autores consideram a profissão como complexo ideológico sendo seu principal defensor o Professor Sergio Lessa. O que se pretende com o presente trabalho é contribuir com esse debate de modo a aproxima-lo do cotidiano profissional, haja vista ser um debate atualmente restrito ao meio acadêmico.

Palavras-chave: Serviço Social. Trabalho Concreto e Abstrato. Trabalho Produtivo e Improdutivo

Abstract

The present work has as a guiding principle from the dialogue of the Social Service with Marx and Rubin, to analyze how the thematic of the abstract work and the concrete work has been treated in the professional literature and in this prism to think like that the logic of the abstract work other spheres beyond the productive sphere. For this the study will address some central categories in Marx, for example: work as central ontological category, work and its social dimension productive and unproductive work and value of use and exchange value. It is sought to present another important mediation for the understanding of the social meaning of the profession in contemporary capitalist society, which is its characteristic of service as well as the debate that goes through the interior of the professional category of social workers, where some authors consider Social Work as work being its main interlocutor the teacher Marilda Vilela lamamoto, on the other hand some authors consider the profession like ideological complex being its main defender Professor Sergio Lessa. The purpose of this paper is to contribute to this debate in order to approach it to the professional daily life, since it is a debate currently restricted to the academic world.

Keywords: Social Service. Concrete and Abstract Work. Productive and Unproductive Work.

Introdução

O presente estudo tem como objeto analisar, com base no diálogo da profissão com a teoria social crítica de Marx, como a temática do trabalho concreto e do trabalho abstrato tem sido apresentada na literatura profissional e nesse sentido pensar como é que a lógica do trabalho abstrato adentra outras esferas além da esfera produtiva.

Nos últimos anos, vem se registrando no Brasil uma indiscutível elevação na qualidade da produção teórica no âmbito da profissão. Assim sendo, as relações entre trabalho e serviço social constituem tema central para a atividade profissional do assistente social. Inicialmente, pela aproximação da tradição marxista nos marcos do capitalismo monopolista e das estratégias de manutenção e reprodução da força de trabalho (ALMEIDA; ALENCAR, 2011).

Essas contribuições se deram principalmente a partir dos anos de 1980 quando Marilda Vilela Yamamoto e Raul de Carvalho publicam a obra “Relações Sociais e Serviço Sociais no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”. Nesse momento, do ponto de vista da ruptura com o conservadorismo, é possível identificar um salto qualitativo no interior do serviço social a partir do desenvolvimento do significado social da profissão.

No entanto, é a partir da década de 1990 que ocorrerá o adensamento da temática, quando as formulações que apreendem o serviço social como trabalho, avançam ao problematizar a categoria processos de trabalho, resultando na incorporação dessa perspectiva nos conteúdos formativos das novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social em 1996 (ALMEIDA; ALENCAR, 2011).

É, ainda, temática e objeto do debate recente quando se pode identificar nessa interlocução com Marx e com a aproximação com a tradição marxista, pelo serviço social, duas interpretações centrais sobre o fazer profissional: sua abordagem como trabalho e como complexo ideológico, que vem se constituindo ao longo dos anos numa das maiores polêmicas no interior da profissão (ALMEIDA; ALENCAR, 2011).

Dentre os principais oponentes a tese defendida por Yamamoto encontra-se o professor Sergio Lessa que argumenta que o serviço social não poderia ser trabalho uma vez que não modifica a natureza (CARVALHO, 2016). Apesar da seriedade teórica do debate, não se trata de uma divisão no interior da categoria entre aqueles que afirmam e aqueles que negam ao contrário à discussão instituída procura afirmar a natureza da profissão, que se orientados pela teoria marxista buscam demonstrar o significado social da profissão.

O estudo orienta-se pelo método do materialismo histórico e dialético de Marx (marxismo) visto ser o método que possibilita uma melhor compreensão da totalidade da vida social, considerando suas contradições, conflitos, e transformações produzidas ao longo do processo socio-histórico, portanto é um método que busca conhecer para transformar a realidade, caracterizando-se assim como uma pesquisa qualitativa.

Dessa forma, o presente trabalho se posiciona em defesa dos interesses da classe trabalhadora fortalecendo-os no processo de luta de classes por meio do aprofundamento do conhecimento da realidade sobre a qual se intervém politicamente, fundamentando sua ação prática.

O trabalho como categoria ontológica central

Quando se busca fazer uma leitura da realidade, a partir de uma orientação teórica crítica não há como deixar de perceber o trabalho como elemento fundamental nos diversos tipos de sociedade. Na perspectiva marxiana, o trabalho possui primeiramente uma dimensão essencial relacionada às respostas aos carecimentos humanos, as quais são dadas através da ação humana, e pela mediação com a natureza. Mas, na sociedade burguesa, profundamente analisada por Marx, o trabalho possui uma forma social específica em conformidade com as relações sociais instauradas, que garante o modo de produção baseado na sociabilidade do capital.

Nesse sentido, a análise do presente estudo parte da concepção ontológica do homem como ser prático-social tendo a centralidade das relações sociais no trabalho, meio pelo qual o homem se autoconstitui e concebe a essência humana como estrutura radicalmente histórica e estabelece relação com a natureza para atender suas necessidades (MARX, 2017).

O homem é o único ser capaz de planejar e projetar os resultados que pretende alcançar, ou seja, capaz de antecipar em sua mente o resultado esperado; assim, as ações humanas são sempre orientadas por objetivos, metas e fins. É nessa perspectiva que Marx apresenta sua concepção de trabalho ao diferenciar o pior arquiteto da melhor abelha, ele afirma que o arquiteto:

No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já esteve presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existe idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da formado elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, a finalidade pretendida, que, como ele bem o sabe, determina o modo

O debate sobre o trabalho concreto e o trabalho abstrato na produção teórica do serviço social

de sua atividade com a forma de uma lei; à qual ele tem de subordinar sua vontade (MARX, 2017, p. 255-256).

Dessa forma, o homem constrói os instrumentos necessários para auxiliá-lo nesse processo. No entanto, ao atingir o fim de sua tarefa o resultado alcançado não é necessariamente semelhante ao idealizado. Através do trabalho ocorre uma dupla transformação, visto que o ser social que trabalha atua sobre a natureza e desenvolve as potências nela escondida ao mesmo tempo em que ele mesmo se autotransforma (MARX, 2017). E é através dessa complexa processualidade que o humano-social se converte em elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana.

Essa dimensão do trabalho possibilita ao homem alcançar melhores resultados conferindo-lhe um caráter teleológico¹, a partir da prática que é a ação criadora e modificadora da realidade. Dessa forma, ao mudar a natureza, o homem é capaz de planejar idealmente um resultado que deseja alcançar. Segundo Guerra, é nesse sentido que se desenvolve a instrumentalidade.

Como propriedades/capacidades das coisas, atribuídas pelos homens no processo de trabalho, convertidas em meios/instrumentos para a satisfação de necessidades e alcance dos seus objetivos/finalidades. Tal capacidade é atribuída pelos homens no processo de produção da vida material e espiritual, através do seu pôr teleológico. São os homens que atribuem, pelo pôr teleológico, capacidade para que determinadas coisas se convertam em meios e instrumentos, de modo a dar-lhes uma instrumentalidade. A instrumentalidade é a capacidade de articularmos estratégias e táticas mais adequadas (ou não) aos objetivos que pretende alcançar (GUERRA, 2014, p. 26).

Esse é um aspecto que o diferencia dos outros animais, ao contrário desses que se relacionam com a natureza de forma instintiva e imediata, o homem estabelece mediações (homem, natureza e outros homens) objetivando socializar-se, desenvolver sua consciência, instituir valores e possibilidades de escolha e também desenvolver sua liberdade, sua universalidade (MARX, 2017).

O trabalho possibilita ao homem agir de forma consciente e racional, operando mudanças na matéria, no objeto, mas também em si mesmo, possibilitando descobrir novas capacidades e qualidades (MARX, 2017).

¹Através da realização do trabalho, o homem consegue transformar não só o meio no qual está inserido, mas transforma também a si próprio. Lessa (2007) aponta que, a cada ação consciente desenvolvida, o homem amplia e aperfeiçoa seus conhecimentos e, logo, sua capacidade de intervenção, ao mesmo tempo em que transforma a própria sociedade, ao criar novas objetivações e, por consequência, novas necessidades sociais.

Esse processo na sua essência criativo revela outro lado no Modo de Produção Capitalista (MPC). É na separação entre a cidade e o campo que se inicia a transição da barbárie para civilização, que, segundo Marx e Engels (1987), é por meio do desenvolvimento da consciência e da linguagem que o homem institui a divisão do trabalho. Esse processo resultou no afastamento do homem em relação ao produto de seu trabalho e o que, num primeiro momento, era práxis criativa resultou em um conjunto de objetivações impostas ao homem pelo capital que não permitiu o reconhecimento de suas obras como suas, como sua criação, mas como algo estranho e opressivo para ele.

O Poder Social, isto é, a força produtiva multiplicada que nasce da cooperação de vários indivíduos exigida pela divisão do trabalho, aparece a esses indivíduos, porque sua cooperação não é voluntária, mas natural, não como seu próprio poder unificado, mas como uma força estranha situada fora deles, cuja origem e cujo destino ignoram, que não podem dominar e que, pelo contrário, percorre agora uma série particular e fases e estágios de desenvolvimentos independentemente do querer e do agir dos homens e que, na verdade, dirige este querer e esse agir (MARX; ENGELS, 1987, p. 49-50).

A partir desse momento, a alienação do homem frente ao resultado de seu trabalho se complexifica. O trabalho passa ser uma atividade criadora de valor;

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição a existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 2017, p. 120).

O trabalhador destituído dos meios de produção vende a única coisa que possui, a sua força de trabalho em troca de salário com vistas a satisfação de suas necessidades básicas, sendo tratado como mercadoria (MARX, 2017), cujo valor salarial sobre oscilação de acordo com as demandas imposta pelo mercado.

Dessa forma, o trabalho se torna uma atividade difícil, um fardo para o trabalhador que produz para quem o contrata. O trabalhador não se reconhece no resultado final de sua ação, sentindo-se esterne a própria produção, esta por sua vez, é expropriada pelo capitalista assim como a sua força de trabalho que não visa diretamente o valor de uso, mas sim o valor de troca, ou seja, o valor que o capitalista investiu na produção. Nesse sentido, quanto mais árdua for a jornada de trabalho maior será o lucro alcançado pelo capitalista, assim, a escravidão de uns tem sido a condição de bem-estar de outros (MARX, 2008).

O trabalhador recebe menos do que produz e as horas não pagas de seu

trabalho-recolhidas sob a forma de mais-valia² e/ou valor excedente- são expropriadas pelos capitalistas que o empregam (MARX, 2017).

Essa é a essência da alienação no capitalismo, uma vez que é retirada do homem a sua capacidade de autodeterminação, de reconhecimento como um ser genérico, através da consciência que só o trabalho pode lhe proporcionar. Nesse sentido, o homem passa a ser estranho para si mesmo, assim como o resultado de sua ação, tornando o trabalho estranho também a outros homens, que destituídos dos meios de produção, distanciam-se dos resultados de sua ação, não se identificando mais com esse resultado, ocorrendo um processo de fetichização³ que é à base de sustentação do capitalismo (MARX, 2017). Por isso, Marx afirma que o trabalho estranhado é a essência subjetiva da propriedade privada (MARX, 2004).

Segundo Marx (2004), uma característica importante sobre o capitalismo é que este modo de produção, de maneira inédita instaura uma forma de trabalho que não é mais executado por um mesmo trabalhador. Com o progressivo advento da maquinaria e o consequente processo de industrialização, há uma parcialização do processo de trabalho, por meio do emprego da força de trabalho de diferentes trabalhadores com vistas à elaboração do produto, inseridos no processo de trabalho coletivo.

O trabalho e sua dimensão social

Como já foi abordado anteriormente, Marx num primeiro momento, em sua crítica à economia política, apresenta o processo de trabalho apenas em seus elementos simples e abstratos (atividade orientada a um fim, objeto de trabalho e instrumento de trabalho), ou seja, como eterna condição natural da vida humana e, por isso, independente de qualquer forma de organização social. Todavia, no sistema capitalista, como também foi sinalizado anteriormente, estes elementos do processo de trabalho já não são suficientes para explicar o domínio do homem sobre a natureza, pois este se transforma em um processo social de produção, deixando de ser um processo individual.

²A mais-valia é o termo utilizado por Karl Marx em alusão ao processo de exploração da mão de obra assalariada que é utilizada na produção de mercadorias. Trata-se de um processo de extorsão por meio da apropriação do trabalho excedente na produção de produtos como valor de troca.

³ Marx, em sua obra “O Capital”, observa que a mercadoria (manufatura), quando finalizada, não mantinha seu valor real de venda; segundo ele, seu valor era determinado pela quantidade de trabalho materializado no artigo, essa mercadoria por sua vez adquiria uma valoração de venda irreal e infundada como se não fosse fruto do trabalho humano e, com isso, a mercadoria parecia perder sua relação com o trabalho e ganhava vida própria.

Nesse sentido, o trabalho não deve ser analisado apenas pelas suas diferentes formas e/ou aspecto técnico, mas é preciso levar em consideração as relações sociais nas quais ocorre.

Para Lukács (2013), o trabalho enquanto categoria desdobrada do ser social, só pode atingir sua verdadeira e adequada existência no âmbito de um complexo social processual e que se reproduz processualmente, ou seja, o autor afirma que a reprodução é uma instância importante para se pensar o trabalho na sua dimensão social e não apenas o trabalho em sua dimensão robsoriana, do ser individual na relação com a natureza, mas entender que há um conjunto de complexos sociais, relações sociais que caracterizam o trabalho como atividade social e nesse sentido pensar o trabalho como atividade socialmente determinada em cada época histórica.

As relações sociais, de acordo com as quais os indivíduos produzem, as relações de produção alteram-se, transformando-se com a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas. Em sua totalidade as relações de produção formam o que se chama relações sociais: a sociedade e, particularmente, uma sociedade num determinado estágio de desenvolvimento histórico, uma sociedade com um caráter distintivo particular [...]. O capital também é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, relação da sociedade burguesa (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 30).

Segundo com Rubin (1987), o trabalho como produtor de valores de uso assume característica de um trabalho indiferenciado na dinâmica da produção capitalista e que para manter-se enquanto tal são necessários mecanismos ideológicos, jurídicos, que regulam o modo desse trabalho existir, isso não significa que a relação homem/natureza seja extinta, ela passa a materializar-se a partir de regulações sociais, de relações sociais, de valores, de elementos ideológicos que são próprios de cada momento, de cada desenvolvimento do próprio ser social (RUBIN, 1987). Somente é possível pensar o trabalho enquanto atividade social, a partir das dimensões que integram esse complexo.

Dessa forma, o trabalho não só determina novas necessidades sociais, como também a partir dos pores teleológicos cria o campo das relações sociais que constitui a esfera da reprodução social.

Nesse ponto, porém, vem a luz objetivamente algo ainda mais importante para nós; a saber o fato ontológico de que todas as ações, relações, etc. Por mais simples que pareçam a primeira vista sempre são correlações dos complexos entre si, sendo que seus elementos, conseguem obter eficácia real só enquanto partes integrantes do complexo do qual pertencem, nem é preciso demonstrar que o homem já como ser Biológico constitui um

complexo (LUKÁCS, 2013, p. 161).

A totalidade da vida social nessa acepção é resultado do relacionamento entre complexos e que dentro de cada um destes: trabalho, ideologia, Estado, existem um conjunto de relações sociais que dão sentido ao próprio movimento desse complexo cujo efeito só é compreensível no interior de cada um desses complexos e na relação destes com os demais, o que dará a dimensão de totalidade na perspectiva de análise do real uma vez que o próprio real se constitui enquanto totalidade de complexos.

A divisão social do trabalho tem início quando ocupações singulares se autonomizam na forma de ofícios manuais, o que representou um grande progresso em termos tanto econômicos, quanto técnicos, mas jamais se deve esquecer que a diferenciação das profissões tem como pressuposto social o fato de que em todas as áreas da geração do produto diretamente necessários a vida humana cada um possa suprir-se, reproduzir-se sem ter fabricado pessoalmente o produto.

É importante ressaltar que a noção de trabalho social, dos diferentes produtos individuais não é uma particularidade apenas da sociedade capitalista, no entanto, é somente a partir do surgimento da máquina que terá início a autêntica divisão do trabalho determinada pela tecnologia. Nesse sentido, as análises de Lukács revelam que a divisão social e técnica do trabalho é fundamental para a dinâmica da vida social, sem ela é impossível constituir os diferentes complexos sociais.

O caminho até a primeira divisão está contido, em germe, já na mais primitiva divisão do trabalho: os pores teleológicos necessários assumem, como vimos duas formas: pores que buscam realizar uma transformação de objetos da natureza (no sentido mais amplo possível da palavra, incluindo, portanto, também a força da natureza), visando realizar fins humanos, e pores que se propõem a exercer influência sobre a consciência de outros homens, visando, levá-los a executar os pores desejados (LUKÁCS, 2013, p. 180-181).

No primeiro caso é possível identificar o que Lukács denomina como “mediação de primeira ordem”, ou seja, da relação do homem com a natureza e no segundo caso na relação dos homens com outros homens. Essa divisão embora esteja diretamente relacionada com a própria divisão social e técnica do trabalho, ela tem um marco histórico importante que diz respeito ao desenvolvimento da capacidade do homem de produzir excedentes e isso a partir do descobrimento da agricultura e da pecuária (LESSA, 1999), constituindo assim a sociedade de classes, por isso a necessidade de determinados pores teleológicos para

convencer os homens a realizarem determinadas tarefas, surgindo assim às relações de exploração do homem pelo homem (LESSA, 1999).

O desenvolvimento do mundo dos homens fundado pelo trabalho- com o inevitável aumento do conhecimento dos homens de si próprios e da natureza –possibilitou, através de um processo histórico que não é possível de ser explorado aqui, o descobrimento da agricultura e da pecuária, pela primeira vez na história os homens (individual e coletivamente) passaram a produzir mais do que o necessário para sua sobrevivência. Antes não tinha sentido escravizar alguém. Sua produção era tão pequena que mal dava para a alimentação do próprio indivíduo. Mais vantajoso era transformá-lo em comida e, por isso, durante muitos anos as sociedades primitivas conheceram a “antropofagia”⁴. Com a produção de excedentes (isto é, maior do que a estritamente necessária a reprodução do indivíduo), passa a ser mais vantajoso transformar o prisioneiro (por exemplo) em escravo do que devorá-lo. Claro que esta transformação implicava um ato de força sobre o prisioneiro: este só trabalharia como escravo sob a pressão direta da violência. A partir desse momento histórico, a sociedade estava dividida entre duas classes: a que trabalha e produz a riqueza que será apropriada pela outra. Com isso surge o trabalhador alienado, ou seja, o trabalho cuja razão de ser não mais a necessidade do trabalhador, mas sim o desenvolvimento da riqueza da classe dominante (LESSA, 1999, p. 27-28).

O Modo de Produção Capitalista (MPC) expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada dos homens produzirem e reproduzirem as condições materiais necessárias à existência humana e as relações através das quais realiza a produção (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Assim sendo, quanto mais se desenvolve o trabalho, e com ele a divisão do trabalho, tanto mais autônomos são os pores teleológicos do segundo tipo, tanto mais eles conseguem se desenvolver como complexo próprio da divisão do trabalho (LUKÁCS, 2013).

Nesse processo se reproduzem concomitantemente as idéias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem, encobrendo as contradições que o permeiam (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

A Economia Política se inicia pela mercadoria, no momento em que ocorre a troca de produtos, seja por obra de indivíduos isolados ou de comunidades primitivas (MARX, 2008). O produto que entra no processo de troca é uma mercadoria. Porém, o que o

⁴É chamado de **antropofagia** (do grego *antropos*, homem e *phagein*, comer) ou ainda canibalismo (de *canibales*, nome com o qual os espanhóis se referiam aos indígenas da etnia caribe ou caraíba, famosos pela prática de se alimentar de carne humana) a prática na qual um ser humano se alimenta da carne de outro ser humano. Atualmente considerado um tema tabu do mais alto nível por praticamente todas as sociedades no mundo, a antropofagia foi praticada no passado por vários povos de diferentes eras, etnias e culturas. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/sociedade/antropofagia/>>.

transforma em mercadoria é a relação que se estabelece durante o processo produtivo, e na esfera da circulação, ou seja, da relação entre duas pessoas ou comunidades, da relação entre o produtor e o consumidor, (MARX, 2018) que aqui não se confundem mais na mesma pessoa.

A dupla face do trabalho em marx: trabalho concreto e trabalho abstrato

De posse dos elementos apresentados, é possível dizer que o trabalho, a partir da perspectiva marxiana, apresenta tanto uma acepção geral quanto uma concepção particular, tanto uma dimensão positiva, quanto uma negativa. Por isso, é importante ressaltar que há em Marx a distinção e a íntima inter-relação entre trabalho útil-concreto (positivo), ou seja, trabalho vivo, que produz valor de uso, cuja finalidade é atender as necessidades sociais indispensáveis à produção e reprodução humana e trabalho abstrato (negativo), “trabalho morto”, contido nas mercadorias, cujo principal objetivo é a criação de mais-valia, a valorização do valor, a reprodução e autovalorização do capital (MARX, 2017).

A mercadoria apareceu-nos, originalmente, como duas coisas: valor de uso e valor de troca. Mais tarde, mostrou-se que também o trabalho, quando se expressa no valor, já não possui os mesmos traços que lhe cabem como produtor de valores de uso. Essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria foi criticamente demonstrada pela primeira vez por mim (MARX, 2017, p. 119).

Nesse ser duplo da mercadoria, se apresenta o caráter duplo do trabalho de que ela é produto: trabalho útil, os modos concretos do trabalho, que criam valores de uso e o trabalho abstrato, ou seja, o trabalho enquanto dispêndio de energia humana seja qual for à forma “útil” pela qual ela é gasta.

Enquanto o trabalho útil-concreto é qualitativo e cria valores de uso necessários aos seres humanos para satisfazer socialmente as suas necessidades físicas e espirituais, o trabalho abstrato é pura e simplesmente, quantitativo, a substância e a grandeza do valor e produz mais-valia (valor excedente) para o capital (MARX, 2017).

Segundo Marx (2017), o trabalho como criador de valores de uso, como trabalho útil, é uma condição à existência do homem, independente de quaisquer formas de sociedade, é necessidade eterna e natural de realizar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana. Para que haja valores de uso são necessários dois

fatores: o substrato material, que a natureza oferece, e o trabalho com o qual o homem transforma a natureza para atender as suas necessidades.

No entanto, ele deixa claro que o trabalho não deve ser entendido apenas como condição necessária da relação homem/natureza, mas também do intercâmbio ente as diversas especializações do trabalho (os diversos ramos do trabalho), ou seja, uma atividade social, coletiva, com vistas a um fim; uma atividade que se aplica a natureza, o objeto universal do trabalho humano; e os seus meios, ferramentas, instrumentos com os quais o homem transforma a natureza. Na produção os homens não agem apenas sobre a natureza, mas também uns sobre os outros (MARX, 2017).

O trabalho não é um simples fazer repetitivo, fortuito, quase mecânico, restrito e impulsionado de acordo com uma estrutura orgânica e, por isso, norteado apenas por uma necessidade específica, mas uma atividade livre e consciente, subordinada a vontade, pois o homem antes de realizar constrói mentalmente sua obra, isto é, idealmente (MARX, 2017).

Porém, no Modo de Produção Capitalista o trabalho deixa de ser uma atividade positiva, livre e consciente com a qual o homem se identifica e se transforma numa atividade sob o controle de outro, numa potência negativa, estranha e hostil ao homem.

Dessa forma, a sociedade do capital, articulada pelo trabalho abstrato, é uma sociedade formal, que não é uma sociabilidade efetiva, já que ela, embora precise do trabalho útil-concreto e o conserve, está em oposição a ele, negando-o, excluindo-o. O resultado do trabalho é um valor de uso, mas no capitalismo não os produz tendo em vista simplesmente o valor de uso, mas sim, por estes serem substrato material do valor de troca; isto é, só produz um valor de uso que tenha um valor de troca e que seja destinado à venda, uma mercadoria de maior valor do que o necessário para produzi-la em outras palavras, superior a soma dos valores dos meios de produção (insumos + desgaste das ferramentas) e força de trabalho (salário) que o capitalista “antecipou” seu dinheiro no mercado (MARX, 2017).

Nesse sentido, o sistema capitalista não produz somente valor de uso, mas mercadoria que também possui valor de troca, valor excedente (mais-valia). E, na medida em que a mercadoria é uma unidade imediata de valor de uso e valor de troca, o trabalho deixa de ser trabalho útil-concreto, que produz exclusivamente valor de uso e se transforma em trabalho abstrato que produz valor de uso e, ao mesmo tempo, valor.

Para compreender com exatidão a teoria de Marx, sobre o trabalho abstrato, não podemos nos esquecer por um minuto de que Marx põe o conceito de trabalho abstrato em um nexos inseparável com o conceito de valor. O

trabalho abstrato “cria” valor, é o conteúdo ou substância do valor (RUBIN, 1987, p. 151).

Vimos que o valor de uso é a base material que se expressa no valor de troca, enquanto o valor de troca é o que permite que os valores de uso possam ser trocados, para que isso aconteça é preciso em alguma proporção da existência da mesma magnitude de valor. E este valor é definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário, aqui já não importa os diversos tipos de trabalho, mas tão somente a magnitude desses trabalhos expressa no valor de troca que possibilita a permutabilidade entre as mercadorias.

É o tempo de trabalho socialmente necessário que determina a grandeza do valor das mercadorias, é o que possibilita analisar o trabalho de forma homogênea, indiferenciada e fazer o mesmo com o produto de seu trabalho, ou seja, o valor de troca é assim definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria.

Na economia mercantil o valor de troca manifesta-se como algo inerente a mercadoria, como se fosse algo natural e não determinado socialmente, como se não fosse fruto do trabalho social. Por isso que é importante ressaltarmos que o valor de troca é uma maneira socialmente determinada de expressar o trabalho objetivado, é em si à expressão de uma dada relação social de produção que se manifesta na troca.

É importante enfatizar que não há uma completa identidade entre trabalho e valor, ou seja, trabalho não é necessariamente valor. O valor é a expressão social do trabalho, enquanto o trabalho é a substância do valor.

Segundo Rubin (1987, p.150) segue-se daí que o trabalho abstrato, que cria valor, deve ser entendido como uma categoria social na qual não se pode encontrar um único átomo de matéria. Porém se o valor é um fenômeno social, o trabalho que o gera também é.

De duas coisas uma é possível: se o trabalho abstrato é um dispêndio de energia humana em forma fisiológica, então o valor possui também um caráter material reificado; ou então, o valor é um fenômeno social, e o trabalho abstrato também deve ser entendido enquanto tal, relacionado a uma forma social de produção específica (RUBIN, 1987, p. 151).

O trabalho se torna predominante no sistema capitalista uma vez que a troca se converte na forma social prevalente do processo de produção. É esta forma que o trabalho assume nesse modo de produção e os produtos desses trabalhos são vistos enquanto possuidores de valor. É por isso que somente o trabalho abstrato produz valor, pois pressupõe determinadas relações de produção entre as pessoas, e não o trabalho no sentido técnico,

material ou fisiológico. Marx não analisa o trabalho apenas em seu aspecto técnico, mas a partir da interação de diversos complexos sociais, para tanto é preciso abstrair o trabalho das suas propriedades técnicas e estudá-lo enquanto categoria social (RUBIN, 1987)

O trabalho que cria valores de uso é uma condição natural da existência humana, que existe independente das formas de organização social, enquanto o trabalho que cria valores de troca é uma forma social (MARX, 2017). O trabalho é a fonte das riquezas materiais, assim é o trabalho que produz valores de uso, enquanto o trabalho abstrato é o produtor de valores de troca que é a forma social que o trabalho assume no capitalismo.

Apenas o trabalho possui a capacidade de produzir valor, a matéria natural não tem valor uma vez que não contém trabalho humano, e o valor de troca não é necessariamente uma “coisa” tangível. Salientamos o valor da mercadoria força de trabalho dos trabalhadores que atuam na esfera dos serviços⁵, como é o caso do Serviço Social, estes não produzem um valor de uso separável do seu produtor, e conseqüentemente, também não produzem um valor de troca que seja separável do seu produtor, ou seja, esses trabalhadores produzem valores que são consumidos no momento em que são criados, sua força de trabalho é que possui valor de uso e que, inserido na sociedade capitalista, possui valor de troca.

Nesse circuito pouco interessa se existe ou não marcas deixadas pelo trabalho concreto, do qual a mercadoria é resultante (ainda que ela tenha que ter uma utilidade social para ser suporte do valor de troca): se o produto é mercadoria-, dotada de realidade corpórea-, ou serviço-, que não assume uma configuração objetiva e uma existência separada do seu prestador-, uma vez que tais determinações referem-se ao valor de uso (IAMAMOTO, 2007, p. 420).

Nesse sentido, para o valor é indiferente a forma que os produtos se apresentam, seja como serviço, seja como mercadoria, uma vez que a única diferença que estes possuem é que os primeiros têm seu uso simultâneo à produção, enquanto a mercadoria tem materialidade.

Outro ponto importante a ser analisado é que, se o serviço é uma característica do valor de uso, os serviços podem ser produtivos ou improdutivos, ou seja, produtores ou não de (valor e mais-valia) dependendo de sua forma social, de acordo com os mesmos critérios aplicados a qualquer mercadoria materializada em coisa.

⁵ “Serviço” ganhou um sentido geral como sinônimo de qualquer bem intangível, qualquer produto imaterial comercializado no mercado, o que leva a ideia da existência de um “setor de serviços” com características próprias em comum. Como demonstraremos, não é esse o sentido atribuído por Marx ao conceito de serviço (SANTOS, 2013).

Segundo Wood (2014, p.132) “o trabalho pode produzir mais-valor para o capital não apenas na produção de bens materiais, mas, também na prestação de serviços”, isso significa que mesmo no Modo de Produção Capitalista, o trabalho “produtivo” não está restrito a produção industrial.

Mesmo partindo desse pressuposto, permanece polêmico entre os autores da tradição marxista se serviços podem ser produtivos, isto é, se pode gerar mais-valia. Inicialmente porque a própria definição de trabalho produtivo “está tão cheia de desacordos e confusão conceitual [...] tanto entre os marxistas como entre estes e seus adversários” (RUBIN, 1987, p. 277). Porém o autor afirma que, o que determina se um trabalho gera ou não mais-valia, depende se este é organizado sobre os princípios capitalistas.

Esse debate ganha ainda mais relevância a partir do capítulo VI – inédito de o capital. Marx deixa claro que não é a qualidade, do valor de uso, do trabalho que determina se este pode ou não gerar mais-valia, mas a forma como esse trabalho é explorado.

Um trabalho de idêntico conteúdo pode ser, portanto produtivo ou improdutivo [...]. Em suma os trabalhadores que só se desfrutam como serviços não se transformam em produtos separáveis dos trabalhadores-e, portanto, existentes independentemente deles como mercadorias autônomas -e, embora possam ser explorados de maneira diretamente capitalista [...] o mesmo trabalho, por exemplo, jardinagem, alfaiataria etc. – pode ser realizado pelo mesmo trabalhador a serviço de um capitalista industrial ou ao de um consumidor direto. Em ambos os casos estamos diante de um assalariado ou de um jornaleiro, porém num caso trata-se de um trabalhador produtivo e no outro de um trabalhador improdutivo, porque no primeiro caso esse trabalhador produz capital e, no outro, não: porque num caso o seu trabalho constitui um elemento do processo de autovalorização do capital e, no outro, não é assim (MARX, 2004, p.115-116).

De acordo com esse raciocínio os servidores públicos não são trabalhadores produtivos, pois seu trabalho “está organizado sobre princípios de direito público, e não sob a forma de empresas capitalistas privadas” (RUBIN, 1987, p. 283). Também são considerados improdutivos serviços ou mercadorias compradas diretamente do produtor pelo consumidor, por exemplo, os serviços domésticos ou as feiras de artesanato.

O que torna o trabalho improdutivo não é o fato de ele produzir modificações materiais no produto, mas se ele é empregado pelo capital, isso se dá tanto na fase de produção quanto na fase de circulação, como é o caso do comércio e dos bancos. Na circulação, a função do trabalho se resume a transferir o direito de propriedade de uma pessoa para a outra, “é apenas uma transformação do valor sob a forma-mercadoria para a

forma-dinheiro, ou inversamente, apenas uma realização do valor produtivo” (RUBIN, 1987, p. 288).

Porém, essa não é a interpretação de Mandel (1982). Para o autor, o trabalho produtivo exclui qualquer tipo de serviço.

Enquanto o capital era relativamente escasso, concentrava-se normalmente na produção direta de mais-valia nos domínios tradicionais de produção de mercadoria. Mas se o capital gradualmente se acumula em quantidades cada vez maiores, e uma parcela considerável do capital social não consegue nenhuma valorização, as novas massas de capital penetrarão cada vez mais em áreas não produtivas, no sentido de que não criam mais-valia, onde tornarão o lugar do trabalho privado e da pequena empresa [...] (MANDEL, 1982, p. 272).

Para Mandel, essas áreas são a esfera da circulação, dos serviços e da reprodução que não criam valor, mas que poderiam levar a um aumento da massa de mais-valia das seguintes formas: a) assumindo parcialmente as funções produtivas do capital industrial, por exemplo; o transporte de mercadorias; b) acelerando a rotação de capital produtivo através do crédito e do comércio; c) reduzindo os custos indiretos da produção no caso da infraestrutura; e d) através da substituição de serviços privados, para rendimento individual pela venda de mercadorias (por exemplo, substituição do trabalho de empregados domésticos por aspiradores de pó, máquina de lavar etc.).

Segundo Mandel, o capital monopolista⁶ não se opõe a entrada no setor de serviços, uma vez que esse auxilia o capital produtivo, abre espaços para novos produtos e evita o excesso de capital na concorrência por superlucros na esfera produtiva, mas em última análise não seria possível a mercantilização do setor de serviços, que nunca produziram lucros, mas pelo contrário, “incontestavelmente reduzem a taxa média de lucros, porque uma massa maior de mais-valia deve somar-se a massa de capital social investido, que aumentou ainda mais do que a quantidade de mais-valia” (MANDEL, 1982, p. 272).

Aqui reside a polêmica em torno das análises de Mandel que desconsidera a possibilidade dos serviços, que não geram coisas materiais serem produtivos. Apesar disso, existem autores como já foi mencionado anteriormente que afirmam que, mesmo no sistema capitalista, o trabalho ‘produtivo’ não está confinado a produção industrial.

Partindo desses pressupostos e dialogando com as polêmicas, a produção de

⁶ No capitalismo monopolista, a produção das grandes empresas é melhorada através de tecnologias, novas patentes e profissionais qualificados, mas as pequenas empresas terminam por ser compradas ou incorporadas pelas maiores ou, em último caso, abrem falência.

serviços como direito, com a intervenção do Estado, portanto, improdutivo, ou como serviço produtivo, produtor de valor e mais-valia, se modifica de forma histórica e por algumas mediações. Em primeiro lugar, é através da correlação de forças, na luta de classes, pela capacidade de mobilização e reivindicação dos trabalhadores que essas necessidades sociais se afirmam como direito, combinada com as condições objetivas do capitalismo, em seus momentos de ascensão ou crise, que essas políticas irão tomar forma e amplitude.

Com relação ao Serviço Social, aprofundar a concepção de Marx sobre os serviços é de fundamental importância para descobrir o lugar da profissão na cena contemporânea, para buscar uma apropriação mais precisa e menos eclética de sua obra, que não se atém ao trabalho concreto dos profissionais, mas as formas sociais de produção nas quais esses profissionais estão inseridos, em processos coletivos de trabalho que podem ser produtivos ou improdutivos e com isso construir uma compreensão que permite elaborar respostas mais precisas no exercício da relativa autonomia que possuem em seu cotidiano profissional.

Serviço social: trabalho ou complexo ideológico?

A análise dessa seção tem como objetivo fazer uma aproximação do debate instaurado no interior da categoria profissional de que o Serviço Social, de acordo com as análises da professora Marilda Vilela Yamamoto, se trata de uma especialização do trabalho coletivo e encontra-se inserido em processos de trabalho. Em contraponto o professor Sergio Lessa argumenta que a proposta de se conceber o Serviço Social como um “processo de trabalho”, como uma matéria-prima, produto, etc., tanto dificulta a compressão das particularidades da profissão como expressa um afastamento de algumas categorias fundamentais em Marx (CARVALHO, 2016)

No entanto, em relação a essa polêmica, Lessa (2000) afirma:

O debate acerca da relação entre trabalho e Serviço Social é sinal do crescimento e intensificação da produção no Serviço Social, das investigações teóricas de que necessita e, ao mesmo tempo, indica o desenvolvimento de uma relação mais rica e dinâmica com o conjunto das Ciências Humanas. Sem termos isso em mente, poderemos deixar escapar algumas das mais dinâmicas potencialidades do debate em curso (LESSA, 2000, p. 37).

Esse debate se intensificou principalmente a partir da aprovação pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), das Diretrizes Curriculares para os Cursos

de Graduação em Serviço Social em 1996, na qual o Serviço Social é definido como especialização do trabalho cujo objeto de intervenção são “diversas expressões da questão social”.

Acerca das divergências de opiniões Iamamoto (2007) se dirige a seus interlocutores de maneira fraterna como parceiros e não como opositores, pois entende que estão imersos em um mesmo universo teórico soldado pela teoria social crítica ou em áreas fronteiriças que se aproximam no campo político. E sinaliza que:

O ponto de partida do debate é, certamente, a compreensão da profissão elaborada pela autora na década de 80 [...]. A hipótese é que essa análise da profissão na divisão social e técnica do trabalho foi largamente incorporada pela categoria profissional, tornando-se domínio público, o mesmo não ocorrendo com seus fundamentos referentes ao processo de produção e reprodução das relações sociais (IAMAMOTO, 2007, p. 213).

Contra essa interpretação do Serviço Social ser uma forma do trabalho social, se posiciona Lessa que vem afirmando claramente que a profissão não pode ser considerada trabalho uma vez que não realiza a transformação da natureza nos bens materiais necessários a reprodução social (LESSA, 2000, p. 52). Trata-se de uma tese provocativa, porém fecunda, na medida em que obriga a analisar melhor a inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho.

Para fundamentar sua argumentação utilizando das contribuições teóricas de outros autores, o autor realiza uma comparação entre a prática dos operários e a dos assistentes sociais: enquanto os operários transformam uma matéria que provendo da natureza não pensa: o assistente social atua sobre comportamentos de indivíduos que necessariamente pensam. Dessa forma, enquanto os operários têm no seu objeto uma matéria que se comporta segundo leis fixas, que vem da física, da química ou da biologia, os assistentes sociais atuam sobre relações sociais cuja forma e conteúdo dependem, também daquilo que os próprios indivíduos pensam e sentem, da relação dos indivíduos a cada fato histórico (LESSA, 2012)

Segundo o autor, fora do intercâmbio com a natureza – ou seja, em todos os complexos sociais, com exceção do trabalho, o que pode ser transformado são relações sociais. Nessa esfera não há nem matéria-prima nem um produto final que permaneça para além da própria atividade demonstrando assim a lógica do serviço que para Marx: “O efeito útil só pode ser usufruído durante o processo de produção; não existe como objeto de uso diverso desse processo, objeto que funcionasse depois de ser produzido, como artigo de comércio, que

circulasse como mercadoria” (MARX, 2011, p. 65).

Nesse sentido, a práxis do assistente social e do operário são distintas porque a matéria-prima que devem transformar são qualitativamente (ontologicamente) distintas. O operário transforma a natureza, uma matéria que é pura causalidade, que não recebe qualquer influência ideológica. O assistente social por sua vez transforma relações sociais e estas são qualitativamente (ontologicamente) diferentes da matéria natural. Assim sendo, a práxis do assistente social é no dia-a-dia completamente diferente da práxis do operário. A começar pelo local social (o operário trabalha na fábrica ou na agricultura e os assistentes sociais na maioria das vezes, trabalham em órgãos públicos, ou ONGs, embora existam também assistentes sociais que atuam nas fábricas). Mas a própria atividade é em tudo muito distinta. E isso faz com que a preparação de um assistente social também seja distinta da de um operário, os conhecimentos e habilidades requeridas são muito diversas em cada situação.

Outro aspecto importante apontado por Lessa (2012) que diferencia os operários dos assistentes sociais é que: os operários produzem a riqueza que move e sustenta toda a sociedade, os assistentes sociais não apenas não produzem a riqueza como vivem da riqueza produzida pelos operários no campo e na cidade. O salário dos funcionários públicos tem a mesma origem da riqueza da burguesia: a exploração do trabalho operário. Contudo, do ponto de vista econômico: enquanto a burguesia se apropria de forma direta da riqueza produzida pelos operários, a classe de transição⁷ na qual segundo o autor se encontram os assistentes sociais se apropria indiretamente. No caso dos servidores públicos pela mediação do Estado.

As argumentações de Lessa ganham sustentação a partir das análises de Mandel (1985). Para o autor essas áreas da esfera da circulação, dos serviços e da reprodução não criam mais-valor, mas como dito anteriormente poderiam levar a um aumento da massa de mais-valia a partir de algumas medidas adotadas pelo Modo de Produção Capitalista.

O equívoco de desconsiderar a possibilidade dos serviços serem produtivos, cometido mesmo por importantes intelectuais marxistas como Mandel, decorre de uma leitura equivocada das obras de Marx e da incorporação de pressupostos que na verdade são da

⁷ A classe de transição de acordo com Lessa (2012) é composta por aqueles indivíduos que não pertencem aos operários porque não operam o intercâmbio homem-natureza e por isso não produzem o “conteúdo material da riqueza”; mas, por outro lado, também não são membros da classe dominante porque não possuem a propriedade dos meios de produção. Estes indivíduos são, na enorme maioria das vezes, assalariados pagos pela classe dominante (por vezes pela mediação do Estado) com os recursos que advêm da exploração dos trabalhadores. Por isso são, também, do ponto de vista econômico e produtivo, parasitários da riqueza produzida pelos trabalhadores. Exercem uma função social muito precisa: auxiliam a classe exploradora na reprodução das relações de expropriação dos trabalhadores. Foi assim com os escribas no Egito Antigo, com os funcionários públicos no Império Persa, na Grécia e em Roma; o mesmo ocorreu com os soldados e capatazes dos senhores feudais na Idade Média e o mesmo ocorre com as “classes de transição” no capitalismo.

economia clássica. Ainda que, em sua época fosse quase irrelevante a presença de serviços produtivos, sua teoria não se limita a produção de riqueza a materialidade da produção, sua potencialidade está exatamente em perceber a produção do valor e da mais-valia como parte de uma relação social histórica e não de uma relação de produção de coisas.

Por outro lado, Iamamoto afirma que, embora o Serviço Social não modifique diretamente a natureza o trabalho do assistente social tem resultado nas condições materiais e sociais daqueles que vivem do trabalho. Em outras palavras, a profissão:

Tem um efeito no processo de reprodução da força de trabalho, que é a única mercadoria que ao ser colocada em ação, ao realizar trabalho, é fonte de valor, ou seja, cria mais valor que ela custou. É ela que está no centro do segredo da criação da riqueza social na sociedade capitalista. E o Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos em programas, a partir dos quais se trabalha na área da saúde, educação, condições de habitacionais, entre outros (IAMAMOTO, 2008, p. 67).

Dessa forma, o Serviço Social é socialmente necessário visto que ele atua sobre as questões relacionadas à vivência social e material dos setores majoritários da classe trabalhadora. Possibilita o acesso não só aos recursos materiais, mas as ações implementadas que terão reflexos sobre as condições de sobrevivência social dessa população. Assim sendo, não restam dúvidas de que a profissão tem um papel decisivo no processo de reprodução material e social da força de trabalho, cujo principal fim é a criação de mais-valia, a valorização do valor e a autovalorização do capital.

Segundo Granermann é de Iamamoto o mérito de ter estabelecido a interlocução com os textos de Marx no Serviço Social, através do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, no qual os autores afirmam que o Serviço Social é uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo na sociedade⁸.

Posteriormente, José Paulo Netto no livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* reforça essa afirmação, acrescentando:

É somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições históricas sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do Assistente Social. A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à

⁸ A inflexão nesta perspectiva foi dada por IAMAMOTO, M. V e CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, Cortez/Celats, 2007.

O debate sobre o trabalho concreto e o trabalho abstrato na produção teórica do serviço social

“racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”: vincula-se à dinâmica da ordem monopolista (NETTO, 2011, p. 73).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que o espaço sócio ocupacional de qualquer profissão, nosso interesse aqui nos leva a restringir nossa reflexão apenas ao Serviço Social, sem que isso signifique qualquer privilegio a essa profissão é determinado pela existência de necessidades sociais (que se convertem em demandas) e que historicamente a profissão conquista esse lugar quando o Estado passa a intervir sistematicamente na “questão social”, (de conteúdo fundamentalmente político e econômico) através da modalidade de atendimento, por meio das políticas sociais (GUERRA, 2000, p. 17).

O reconhecimento do Serviço Social como trabalho está hipotecado ao entendimento do surgimento de várias profissões, que na passagem do capitalismo concorrencial para a fase dos monopólios tornaram-se tão necessárias para a continuidade do sistema como o próprio trabalho operário.

O Serviço Social colabora com a manutenção das condições sociais necessárias à reprodução e a extração de mais-valia, mesmo, não atuando como operários na fábrica. Os assistentes sociais não se inserem, predominantemente, nas atividades desenvolvidas no âmbito da produção material, mas no contexto referente às condições e situações de vida da classe trabalhadora, encontra-se integrado ao processo de criação das condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho (IAMAMOTO, 2007, p.256).

O Estado constitui-se como o maior empregador dos assistentes sociais, haja vista, ser ele o principal responsável pela gestão e execução dos serviços sociais, nesse campo seu trabalho caracteriza-se como improdutivo uma vez que a partir de sua atividade não produz valor adicional. O trabalhador troca seu potencial de trabalho por dinheiro, com vistas a garantia de sua subsistência, assim o valor de uso (sua força de trabalho) sem acrescer mais valor a quem o contratou. Segundo Marx (2004, p. 111) “quando se compra o trabalho para consumir como valor de uso, como serviço, não para colocar como fator vivo no lugar do valor do capital variável e o incorpora no processo capitalista de produção, o trabalho não é produtivo e o trabalhador assalariado não é trabalhador produtivo.

[...] cabem nesta definição os serviços-as políticas públicas-executadas pelo Estado. O assistente social contratado para desenvolve-las troca seu valor de uso-sua força de trabalho- por um salário em troca de uma atividade que não agrega valor para o Estado, por não cumprir o objetivo e transformar em capital, visto que destina ao consumo individual (GRANERMANN, 1999, p. 161).

A participação do assistente social no processo de geração de riqueza se realiza enquanto trabalhador coletivo. No sistema capitalista ocorre a complexificação da capacidade socialmente combinada, ou seja, o trabalhador coletivo (MARX, 2004).

Sobre esse tema Granermann (1999) esclarece que os homens ao desenvolverem a tecnologia e suas relações distanciam-se do trabalho imediatamente relacionado à natureza. Pouco importa se um trabalho realizou-se no mesmo espaço físico ou em diferentes lugares, desde que todos eles tenham contribuído no processo de produzir o produto e construir a riqueza do capitalista. Esses elementos caracterizam o trabalho coletivo, social, combinado, o qual reuni um gama de profissões (especializações) que colabora para o processo de produção e reprodução social.

Reconhecer o Serviço social como trabalho supõe ainda privilegiar a produção e a reprodução da vida social, fundamentais na constituição da materialidade e da subjetividade da classe que vive do trabalho, além de intervir no significado socio-histórico e ideo-político da identidade profissional, à medida que situa a intervenção do assistente social no contexto da totalidade concreta, da luta de classes, revelando-o como um trabalho inserido na divisão social e técnica do trabalho, que tem como objeto de intervenção as inúmeras manifestações da questão social.

Considerações finais

A reflexão que por hora se encerra é resultado das reflexões realizadas na disciplina: Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social e buscou fazer a aproximação do debate instaurado no interior da academia, nos Programas de Pós Graduação em Serviço Social (*stritu senso*) com a realidade, (o cotidiano) profissional dos assistentes sociais.

Para tanto, o estudo problematizou algumas categorias centrais em Marx, sendo elas: trabalho concreto que produz valor de uso (produto utilizável), trabalho (vivo) indispensável à produção e reprodução humana e trabalho abstrato, trabalho (morto) contido nas mercadorias, cujo principal fim é a criação de mais-valia, necessária a manutenção e reprodução do capital bem como a categoria serviços.

O estudo também buscou trazer a lume a polêmica travada no meio universitário, onde Marilda Iamamoto define a profissão como trabalho. Dentre os principais opositores a tese defendida pela autora está Sérgio Lessa. Para ele, o serviço social não pode ser considerado trabalho uma vez que não realiza o intercâmbio orgânico com a natureza, o

assistente social não realiza trabalho; integra às classes parasitárias ou de transição, conforme afirma Marx, segundo ele. Enfim, uma polêmica que passa pelo debate sobre trabalho produtivo e improdutivo, trabalhador coletivo, etc.,

Tanto Marilda Iamamoto quanto Sergio Lessa contribuem significativamente com a profissão na medida em que influenciam dois blocos de interpretações diferentes acerca da natureza e funcionalidade do Serviço Social. A partir deles diversos profissionais se veem provocados a assumir seu posicionamento, motivando assim produções acadêmicas que visam aprofundar o tema, tendo que vista que o conhecimento teórico até então produzido não encerra as reflexões acerca do Serviço Social e suas particularidades.

Referências

ALMEIDA, N. L. T. de.; ALENCAR, M. M. T. de. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

GRANERMANN, S. “Processos de trabalho e Serviço Social”. In: CFESS-ABEPSS-CEAUD/UNB. Reprodução, Trabalho e Serviço Social. Módulo I. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília, CEAD, 1999. P. 153-166.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 21ª Ed. São Paulo, Cortez/Celats; 2007.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetício: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, S. “O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade”. In: CFESS-ABEPSS-CAUD/UNB. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Módulo I. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília, CEAD, 1999, p. 19-33.

LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo : Boitempo, 2013, PP. 41-126 e PP 159-201.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital;**

**O debate sobre o trabalho concreto e
o trabalho abstrato na produção teórica do serviço social**

tradução de Rubens Enderle, 2º Ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Contribuição a Crítica da Economia Política.** Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. Ed. Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital.** Resultados do processo de produção imediata. Tradução de Klaus Von Puchen. 2ª Ed. São Paulo: Centauro, 2004.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RUBIN, I. I. **A Teoria Marxista do Valor.** São Paulo: Polis, 1987.

Recebido em: 31/05/ 2019

Aprovado em: 07/01/2020